



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Departamento de Direito Privado

Ficha 2 (variável)

Disciplina: Direito Internacional Privado		Código: DV 466					
Natureza: ( X ) Obrigatória ( ) Optativa		( ) Semestral ( X ) Anual ( ) Modular					
Pré-requisito:		Co-requisito:		Modalidade: ( X ) Totalmente Presencial ( ) Totalmente EAD ( ) Parcialmente EAD: 10 *CH			
CH Total: 60 CH Semanal: 02 Prática como Componente Curricular (PCC): Atividade Curricular de Extensão (ACE): 10	Padrão (PD): 50	Laboratório (LB):	Campo (CP):	Estágio (ES):	Orientada (OR): 10	Prática Específica (PE):	Estágio de Formação Pedagógica (EFP):

Indicar a carga horária semestral (em PD-LB-CP-ES-OR-PE-EFP-EXT-PCC).

\*indicar a carga horária que será à distância.

**EMENTA**

A disciplina tem por objeto o estudo crítico do Direito Internacional Contemporâneo, numa abordagem interseccional, que dialoga com as demais vertentes do Direito, sobretudo as da área internacional, e leva em consideração Povos e Estados subalternizados. Trata da solução dos conflitos de leis no espaço, através da definição da lei aplicável e do foro competente para os casos conectados a ordenamentos jurídicos de mais de um país, com base na dogmática jurídica contemporânea. Para tanto, estuda-se a parte geral da disciplina e, posteriormente, a parte especial, na qual enfrenta todos os institutos do Direito Civil Internacional, com base no direito brasileiro, direito regional, internacional e comparado. O programa compreende também, por sua relevância, o tema da circulação internacional de pessoas, incluindo a nacionalidade, a condição jurídica do Migrante e afins, e a interculturalidade; o tema dos bens e direitos culturais das variadas comunidades e os temas ligados ao mundo digital e cibernético, Por fim, trata dos atos de cooperação judiciária internacional e meios não judiciais de solução de controvérsias internacionais.

**PROGRAMA**

1. Natureza, importância, objeto, denominação e definição do Direito Internacional Privado (DIPRI). Sua autonomia e relações com outras disciplinas jurídicas.
2. Fontes do Direito Internacional Privado. A lei. Os Tratados Internacionais. A doutrina e jurisprudência. A regulamentação do Mercosul
3. Fontes históricas. Situação do estrangeiro na Antiguidade. O Direito Romano. Personalidade e territorialidade das leis. Os glosadores e pós-glosadores.
4. Escolas estatutárias: italiana, francesa, holandesa e alemã. Doutrinas contemporâneas: Story, Savigny, Mancini e Pillet. As codificações dos Séculos XIX e XX. Tentativas de uniformização das normas de DIPri.
5. O Direito Brasileiro. Período Imperial. Teixeira de Freitas e o Esboço do Código Civil. O Código Civil e a Introdução de 1917. A Lei de Introdução de 1942. Tendências.

6. A norma de Direito Internacional Privado e seu funcionamento. Método conflitual e tendências contemporâneas. Conteúdo. Natureza. Função. Classificação.
7. Conflitos de leis no tempo e no espaço. Conflitos bidimensionais. Conflitos positivos. Conflitos negativos. Teoria do retorno ou reenvio.
8. Aplicação das normas de Direito Internacional Privado. Questões prévias ou incidentais.. Qualificação.
9. Elementos de conexão. Definição e função.
10. Elementos de conexão. Domicílio. Conceito. Aquisição e perda do domicílio. Pluralidade e ausência de domicílio.
11. Elementos de conexão. Autonomia da vontade. Escolha da lei e eleição do foro. Conceito. Conteúdo. Limitações: ordem pública e normas imperativas.
12. Elementos de conexão. Nacionalidade. Conceito. Regras Gerais. Direito Brasileiro.
13. Normas materiais sobre Nacionalidade em Geral (sistemas internacionais, aquisição, perda, apatridia, polipatridia), Nacionalidade Brasileira (Constituição Federal e repercussões; naturalização; Lei de Migração), Migrantes e Refugiados no mundo e no Brasil, outros institutos (asilos, exílio, laissez-passer; tráfico, trabalho escravo.), Retirada Compulsória do Migrante e afins (impedimento de ingresso, deportação, expulsão; extradição e outros institutos de cooperação internacional), Política Pública Migratória no Brasil. Nacionalidade de Pessoas Jurídicas, Aeronaves, Embarcações.
14. Da aplicação da lei estrangeira. Fundamentos jurídicos. Interpretação.
15. Limites à aplicação do direito estrangeiro. Ordem pública internacional, Normas Imperativas, Fraude à lei.
16. Direito civil internacional. Personalidade. Começo e fim. Comoriência. Ausência. Estado. Certificação legal do estado civil. Capacidade. Capacidade de fato e de direito. Lei Reguladora da Capacidade. Emancipação.
17. Direito Civil Internacional. Atos jurídicos. Forma dos atos. Prova dos atos jurídicos. Prescrição.
18. Direito civil internacional. Direito de Família. Casamento. Forma de celebração. Impedimentos. Relações pessoais e patrimoniais dos cônjuges. União estável. Dissolução da sociedade conjugal. Separação e divórcio. Anulação e invalidade do casamento. Efeitos no Brasil de sentenças estrangeiras de separação e divórcio. Tendências.
19. Direito Civil Internacional. Direito de Família. Relações Jurídicas entre pais e filhos. Princípio do Melhor Interesse. Poder familiar. Adoção. Alimentos. Tutela e curatela. Subtração internacional de crianças e adolescentes. Maternidade por Sub-rogação.
20. Direito Civil Internacional. Direito das Coisas. Dos bens em geral. Direitos Reais. Direitos Reais em comunidades periféricas.
21. Direito Civil Internacional. Direito das Coisas. Propriedade intelectual. Propriedade Industrial. Direitos de Autor. Bens Culturais. Conhecimentos Tradicionais. Papel das Organizações Internacionais (OMC, WIPO, etc.) e da sociedade civil organizada dos países megadiversos.
22. Direito Civil Internacional. Direitos das Obrigações. Fontes das obrigações. Obrigações voluntárias, que se originam da lei e oriundas de atos ilícitos. Lei reguladora. Contratos Internacionais. Contratos eletrônicos. Interpretação dos contratos. Modalidades de execução e extinção das obrigações. Moeda de pagamento. Direito brasileiro.
23. Direito Civil Internacional. Direito das Sucessões. Lei reguladora das Sucessões e princípio norma mais favorável. Jurisdição competente. Sucessão testamentária e sucessão legítima. Direito brasileiro.
24. Direito processual civil internacional. Da competência internacional. Competência absoluta e competência relativa. Litispendência. Normativa do CPC.
25. Direito processual civil internacional. Cooperação judiciária internacional. Cartas rogatórias. Homologação das sentenças estrangeiras. Auxílio Direito. O Direito do cidadão à cooperação entre seus Estados.
26. Meios não judiciais de soluções de controvérsias internacionais. Mediação e Arbitragem Internacional. Homologação de laudos ou de sentenças arbitrais estrangeiras.
27. Repercussões internacionais em outras disciplinas do curso de Direito e afins. DIPRI e Cinema. DIPRI e *Lex Sportiva*. DIPRI e Law Fare

#### **OBJETIVO GERAL**

Ao final dos estudos o aluno deverá ser capaz de resolver questões jurídicas privadas envolvendo vários países, indicando qual a lei aplicável e o foro competente; analisar criticamente questões regulamentadas por normas materiais de DIPRI, além dos temas sobre circulação de pessoas, propriedade intelectual, e demais questões internacionais contemporâneas, contextualizadas no âmbito brasileiro, do Sul Global e dos países periféricos em geral.

#### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

Compreender amplamente o direito internacional privado em sua parte geral e em sua parte especial, incluindo todos os institutos do Direito Constitucional, Civil, Empresarial, Processual Civil, que tenham repercussões internacionais privadas. Estudar as normas materiais do DIPRI e ter noções das relações da disciplina com outras, a partir de uma visão crítica e engajada.

#### **PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS**

O processo ensino aprendizagem reconhecerá a/e/o acadêmico como sujeito ativo e participativo, priorizando os cenários com aulas expositivas e dialogadas, bem como metodologias ativas de aprendizagem. Esta disciplina será ministrada diversificando e flexibilizando as atividades acadêmico-pedagógicas, distribuindo as horas de trabalho dos estudantes em aulas presenciais, e utilizando as normas para a inovação acadêmica - Graduação Ativa.

#### **FORMAS DE AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação da construção de conhecimentos a partir da observação e análise de: - frequência e pontualidade por parte do aluno - participação construtiva e compromisso com a dinâmica e o processo educativo proposto pela disciplina - discussão fundamentada individual e em equipe - trabalhos sistematizados – produções individuais, coletivas e apresentações em sala de aula: fichamentos, resenhas e painéis sobre leituras complementares realizadas; - rendimento na avaliação escrita

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)**

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Direito Internacional. O Direito de todas as gentes. Belo Horizonte: RTM, 2022.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. As normas imperativas de Direito Internacional Privado (*lois de police*) Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)**

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Uma introdução contemporânea ao direito internacional privado.in RAMOS, Andre de Carvalho. Direito Internacional Privado. Questões Controvertidas. BH: Arraes Editora, 2016. p. 22-47.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Parte Especial do Direito Internacional Privado Brasileiro e Teoria Crítica: Notas Introdutórias. In Anais do Congresso Internacional de Teoria Crítica: A Necessária (Re)Invenção dos Direitos Humanos - In memoriam Joaquín Herrera Flores. Sevilha: UPO, 2020.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila et al. Lei de Migrações Comentada. Disponível em: <https://www.editorafi.org/15comentarios>

WACHOWICZ, Marcos. Et al. Propriedade Intelectual. Curitiba: Juruá, 2010

Propriedade intelectual & internet: uma perspectiva integrada à sociedade da informação

WACHOWICZ, Marcos. Estudos de direito de autor: a revisão da lei de direitos autorais.

Fundação Boiteux, 2010

WACHOWICZ, Marcos et al. (Orgs). Direito Internacional Privado. Curitiba: Juruá, 2001

ARAUJO, Nadia de. Contratos Internacionais. Renovar.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe e Barral, Welber. Integração Regional e Desenvolvimento. Fundação Boiteux

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Elementos de Direito Internacional. Manole Editora.

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado (Parte Geral), Ed. Renovar.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. As normas imperativas de Direito Internacional Público (jus cogens) Belo Horizonte: Editora Fórum, 2004.

RAMINA, Larissa (Org.). Lawfare e América Latina: a guerra jurídica no contexto da guerra híbrida. Homenagem a Carol Proner. Vols. I, II e III. Coleção Mulheres no Direito Internacional. Curitiba: Editora Íthala, 2022. Vol. I 284 p; Vol. II 388 p; Vol. III 346 p.

VALLADÃO, Haroldo. Direito Internacional Privado. Ed. Freitas Bastos. 3v.



Documento assinado eletronicamente por **TATYANA SCHEILA FRIEDRICH, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/04/2022, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS WACHOWICZ, CHEF DEPTO DIREITO PRIVADO**, em 09/05/2022, às 10:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **4409121** e o código CRC **937A29CE**.